

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MARÇO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 02 de abril do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 0055/2019

Conselheiro Relator: *Marcelo Daubian Paes de Barros*

Recorrente: **MRV PRIME XVI INCORPORAÇÕES SPE LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMF

Recurso de Ofício nº: 0127.203/2017 de 27/11/2017

Despacho Decisório nº 003/2018 – SMF - Valor: R\$ 257.154,43

EMENTA

DIREITO TRIBUTÁRIO.REANALISE DE ISSQN DE HABITE-SE. RECURSO DE OFÍCIO DECISÃO DO DESPACHO DECISÓRIO Nº 003/2018. SOLICITAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO DE OFÍCIO PELO FISCO MUNICIPAL. FOI APLICADO PARA O CÁLCULO DO ISSQN O ESTABELECIDO NO ARTIGO 244, § 6º E § 13º DA LEI COMPLEMENTAR 043/97. SECRETÁRIO DE FAZENDA NO DESPACHO DECISÓRIO MANTEVE O VALOR DO ISSQN APURADO PELO AUDITOR. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Presunção de legitimidade do ato administrativo. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no processo a gerar eventual nulidade. Recurso conhecido e improvido, mantendo inalterado a Decisão do Despacho Decisório nº 003/2018.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da primeira Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Presidente em exercício Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira , na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso de ofício , nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira; 2. Samuel Barrem da Silva; 3.Silvana M.R.Arruda de Miranda; 4. Deivison Roosevelt do Couto; e 5. Roberto Carloni de Assis.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 02 de Abril de 2.019

Helenise A. Lara de Souza Ferreira
Barros

Presidente em Exercício
Conselho de Recursos Fiscais

Marcelo Daubian Paes de

Conselheiro Relator

Edilson Rosendo da Silva

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 03 de abril do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 0056/2019

Conselheiro Relator: *Jaime Marcelino Ferreira Junior*

Recorrente: **ITAÚ UNIBANCO S/A**

Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda - SMF

Recurso Ex Officio nº: 0.101.136/2017-1 de 14/09/2017

Notificação Auto de Infração – Multa nº 1557/2017 – SMF – Valor: R\$ 10.050,41

EMENTA

PROCESSO 00101661/2018-1. APENSO PROCESSO Nº 00.101.136/2017-1 DIREITO TRIBUTÁRIO ISSQN E PROCESSUAL CIVIL – RECURSO DE OFÍCIO – IMPOSTO RETIDO SEM REPASSE AO FISCO MUNICIPAL – CONFIRMAÇÃO PELA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL – AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1557/2017 – PROCEDÊNCIA. RECURSO PROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos, em conhecer e prover** o Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela insubsistência do NAI nº 1557/2017 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Marcos de Lima Roitman; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Elias Correia Pedrozo; 5 Reginaldo da Conceição Amorim; e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Drª Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 03 de abril de 2.019

João Tito S. Cademartori Neto

Primeira da Turma

Jaime Marcelino F. Junior

Conselheiro Relator

Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 10 de abril do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 0057/2019

Conselheiro Relator: *André Santos Castro*

Recorrente: **ULTRACENTER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**

Recorrido: Vigilância Sanitária - SMS

Recurso Voluntário nº: 0.101.132/2018-1 de 26/09/2018

Auto de Infração – Multa nº 366/2018 – SMS – Valor: R\$ 24.704,68

EMENTA

RECURSO VOLUNTÁRIO PARA A SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA POR IRREGULARIDADES SANITÁRIAS.DESCUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LAC 004/1992. INFRAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 155, QUALIFICADA COMO GRAVISSIMA PELA PRESENÇA DE CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTES, CONFORME INCISO III DO ARTIGO 722 C/C ARTIGO 723. Alegação de não ocorrência das circunstâncias agravantes rejeitada. Inexistência de qualquer vício ou irregularidade capaz de anular a autuação. Recurso conhecido e improvido. Manutenção integral do Auto de Infração de Transporte nº 103, por unanimidade dos votos dos conselheiros.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e desprover** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração de nº 366/2018 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2 Reginaldo da Conceição Amorim; 3. João Tito S Cademartori Neto e 4. Onofre Russo Filho

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Drª Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 10 de abril de 2.019

João Tito S. Cademartori Neto

Primeira da Turma

André Santos Castro

Conselheiro Relator

Sônia Cristina M. de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 16 de abril do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 0058/2019

Conselheiro Relator: *Dauto Barbosa Castro Passare*

Recorrente: **GWM BAR LTDA - (GERONIMO WEST MUSIC)**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMF

Recurso Voluntário nº: 115.008/2018 de 01/11/2018

Notificação do Alto de Infração - Multa nº 597/2018 – SMF - Valor: R\$ 139.991,19

EMENTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO-ISSQN. AUSENCIA DE EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS COM BASE NO REAL FATURAMENTO. OMISSÃO NA DECLARAÇÃO. LANÇAMENTO POR ESTIMATIVA. POSSIBILIDADE. CONSELHO DE RECURSO FISCAL – RECURSO EX OFFICIO – RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O sistema tributário prevê mecanismos às autoridades fiscais para procederem ao lançamento de ofício do ISS, mediante arbitramento (estimativa), exatamente para os casos em que o contribuinte não dispuser de escrituração contábil idônea a comprovar seu faturamento, omissão, recusa ou sonegação de informações, irregularidades das declarações ou quando houver dificuldade na fiscalização. 2. A conduta tida como infratora (contradição de informação entre os livros contábeis, notas fiscais e registros de realização de festas e eventos) não foi elidida pelos elementos probatórios trazidos aos autos. Dentre as argumentações trazidas, nenhuma delas mostrou-se eficaz para desconstituir o auto. A conclusão é de que o recorrente não contestou especificamente o conteúdo do termo de fiscalização, relatório de auditoria e documentos, nem mesmo foi capaz de se explicar o que levou a autuada a emitir tão somente uma única nota fiscal de nº 15 durante todo o ano de 2013, no valor de R\$ 7.370,64 (sete mil, trezentos e setenta reais e sessenta e quatro centavos), quando a receita anual registrado no livro Razão era de R\$ 603.578,64 (seiscentos e três mil, quinhentos e setenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) aliado ao fato de que fora constatado a realização de 108 eventos na empresa em 2013, publicamente comprovado em Website da empresa. 3. Essa situação é tão grave que vem se vê da necessidade de adentrar nos demais argumentos trazidos pelo recorrente. Recurso a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da primeira Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso^{1,4} nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do NAI nº 597/2018 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Divalmo Pereira Mendonça; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Marcelo Daubian Paes de Barros e 6. Roberto Carloni de Assis.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 16 de Abril de 2.019

Vitor de Oliveira Tavares
Presidente da Turma

Dauto Barbosa Castro Passare
Conselheiro Relator

Edilson Rosendo da Silva
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MARÇO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 17 de Abril do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 059/2019

Conselheiro Relator: *Marcos de Lima Roitman*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.096.368/2017-1 de 31/08/2017

Auto de Infração de Transporte nº 183 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MULTA ADMINISTRATIVA. TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS. VEÍCULO COM DEFEITO. AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA. LEGALIDADE. 1- Veículo de concessionária de transporte coletivo que circulava com o elevador para cadeirantes inoperante. Violação ao artigo da Lei 4.406/2003. Multa. Admissibilidade. 2- Auto de infração que preenche os requisitos legais, permitindo à autuada exercer o contraditório e ampla defesa, inclusive em grau recursal. Inexistência de ilegalidade na multa aplicada e falta de motivação. Pedido improcedente. Sentença mantida. Recurso improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário nos termos do voto do Conselheiro relator **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Jaime Marcelino Ferreira Junior; 3. Elias Correia Pedroso; 4. Reginaldo Conceição Amorim; 5. João Tito S Cademartori e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina de Oliveira Lélis.

Cuiabá, 17 de Abril de 2.019

João Tito S. Cademartori Neto

Primeira da Turma

Marcos de Lima Roitman

Conselheiro Relator

Sônia Cristina M. de Oliveira Lélis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MARÇO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 17 de Abril do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 060/2019

Conselheiro Relator: *Marcos de Lima Roytman*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.059.993/2017-1 de 29/05/2017

Auto de Infração de Transporte nº 51283 - SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MULTA ADMINISTRATIVA. TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS. VEÍCULO COM DEFEITO. AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA. LEGALIDADE. 1- Veículo de concessionária de transporte coletivo que circulava sem placa indicativa de itinerário. Violação ao artigo da Lei 4.406/2003. Multa. Admissibilidade. 2- Auto de infração que preenche os requisitos legais, permitindo à autuada exercer o contraditório e ampla defesa, inclusive em grau recursal. Inexistência de ilegalidade na multa aplicada e falta de motivação. Pedido improcedente. Sentença mantida. Recurso improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário nos termos do voto do Conselheiro relator **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Jaime Marcelino Ferreira Junior; 3. Elias Correia Pedroso; 4. Reginaldo Conceição Amorim; 5. João Tito S Cademartori e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina de Oliveira Lélis.

Cuiabá, 17 de Abril de 2.019

João Tito S. Cademartori Neto

Primeira da Turma

Marcos de Lima Roytman

Conselheiro Relator

Sônia Cristina M. de Oliveira Lélis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MARÇO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 17 de Abril do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 061/2019

Conselheiro Relator: *Marcos de Lima Roitman*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.034.604/2018-1 de 06/04/2018

Auto de Infração de Transporte nº 70100 - SEMOB - Valor: R\$ 826,00

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MULTA ADMINISTRATIVA. TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS. DESCOMPRIMENTO DE NOTIFICAÇÃO. AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA. LEGALIDADE. 1- Deixar de cumprir notificação para providenciar conserto da suspensão dianteira esquerda e do motor que estava sem força. Violação ao artigo da lei. Multa. Admissibilidade. 2- Auto de infração que preenche os requisitos legais, permitindo à autuada exercer o contraditório e ampla defesa, inclusive em grau recursal. Inexistência de ilegalidade na multa aplicada e falta de motivação. Pedido improcedente. Sentença mantida. Recurso improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário nos termos do voto do Conselheiro relator **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Jaime Marcelino Ferreira Junior; 3. Elias Correia Pedroso; 4. Reginaldo Conceição Amorim; 5. João Tito S Cademartori e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina de Oliveira Lélis.

Cuiabá, 17 de Abril de 2.019

João Tito S. Cademartori Neto

Primeira da Turma

Marcos de Lima Roitman

Conselheiro Relator

Sônia Cristina M. de Oliveira Lélis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MARÇO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 17 de Abril do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 062/2019

Conselheiro Relator: *Marcos de Lima Roitman*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.048.851/2018-1 de 08/05/2018

Auto de Infração de Transporte nº 70917 - SEMOB - Valor: R\$ 826,00

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MULTA ADMINISTRATIVA. TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS. DESCOMPRIMENTO DE NOTIFICAÇÃO. AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA. LEGALIDADE. 1- Deixar de cumprir notificação para providenciar conserto da rampa elevatória para cadeirantes. Violação ao artigo da lei. Multa. Admissibilidade. 2- Auto de infração que preenche os requisitos legais, permitindo à autuada exercer o contraditório e ampla defesa, inclusive em grau recursal. Inexistência de ilegalidade na multa aplicada e falta de motivação. Pedido improcedente. Sentença mantida. Recurso improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário nos termos do voto do Conselheiro relator **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Jaime Marcelino Ferreira Junior; 3. Elias Correia Pedroso; 4. Reginaldo Conceição Amorim; 5. João Tito S Cademartori e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina de Oliveira Lélis.

Cuiabá, 17 de Abril de 2.019

João Tito S. Cademartori Neto

Primeira da Turma

Marcos de Lima Roitman

Conselheiro Relator

Sônia Cristina M. de Oliveira Lélis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MARÇO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 17 de Abril do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 063/2019

Conselheiro Relator: *Marcos de Lima Roitman*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.048.859/2018-1 de 08/05/2018

Auto de Infração de Transporte nº 70915 - SEMOB - Valor: R\$ 826,00

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MULTA ADMINISTRATIVA. TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS. DESCOMPRIMENTO DE NOTIFICAÇÃO. AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA. LEGALIDADE. 1- Deixar de cumprir notificação para providenciar conserto do indicativo de itinerário digital lateral. Violação ao artigo da lei. Multa. Admissibilidade. 2- Auto de infração que preenche os requisitos legais, permitindo à autuada exercer o contraditório e ampla defesa, inclusive em grau recursal. Inexistência de ilegalidade na multa aplicada e falta de motivação. Pedido improcedente. Sentença mantida. Recurso improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário nos termos do voto do Conselheiro relator **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Jaime Marcelino Ferreira Junior; 3. Elias Correia Pedroso; 4. Reginaldo Conceição Amorim; 5. João Tito S Cademartori e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina de Oliveira Lélis.

Cuiabá, 17 de Abril de 2.019

João Tito S. Cademartori Neto
Primeira da Turma

Marcos de Lima Roitman
Conselheiro Relator

Sônia Cristina M. de Oliveira Lélis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MARÇO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 23 de Abril do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 064/2019

Conselheiro Relator: **Marcelo Daubian Paes de Barros**

Recorrente: **FERNANDO CESAR FREDERICO**

Recorrido: Vigilância Sanitária- SMS

Recurso Voluntário nº: 004.480/2019-1 de 16/01/2019

Notificação Auto de Infração – Multa nº 358/2018 – SMS - Valor: R\$ 2.492,68

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO. AUTO DE INFRAÇÃO VIGILÂNCIA SANITÁRIA, PRESENÇA DE SUJICIDADE NOS AMBIENTES, FORAM ENCONTRADOS MEDICAMENTOS VENCIDOS E ALIMENTOS COM DATA EXPIRADA, PRODUTOS DE LIMPEZA ARMAZENADOS DE FORMA INADEQUADA, EQUIPAMENTOS DANIFICADOS. DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU JULGOU PARCIALMENTE SUBSISTENTE A DEFESA, REDUZIDO O VALOR PECUNIÁRIO DA PENALIDADE APLICADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. Vigilância sanitária e seus Agentes públicos primam pela garantia e segurança a saúde pública à população. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no processo a gerar eventual nulidade. Recurso conhecido e parcialmente provido, mantendo inalterada a Decisão de Primeiro Grau.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência da NAI nº 358/2018, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1.Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira; 2. Roberto Carloni de Assis; 3. Vitor de Oliveira Tavares; 4. Roberto Minoru Ossotani; 5. Divalmo Pereira Mendonça; 6. Nicolau Jorge Budib;

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Paulo Emilio Magalhães

Cuiabá, 23 de Abril de 2.019

Vitor de Oliveira Tavares

Presidente da Turma

Marcelo Daubian Paes de Barros

Conselheiro Relator

Paulo Emilio Magalhães

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MARÇO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 24 de Abril do ano 2.019
Acórdão e Ementa nº 065/2019
Conselheiro Relator: *Benedita Madaleno da Costa*
Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA ME**
Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB
Recurso Voluntário Processo nº: 0.067.503/2018-1 de 26/06/2018
Auto de Infração de Transporte nº 70141 - SEMOB - Valor: R\$ 1.000,00

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO – RECURSO DE OFÍCIO – “AUTUADA POR COLOCAR EM OPERAÇÃO ÔNIBUS QUE NÃO APRESENTE CONDIÇÕES DE SEGURANÇA. EXTINTOR DE INCÊNDIO DESPRESSURIZADO” RECURSO NÃO PROVIDO E CONSEQUENTEMENTE VALIDADE DA NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 70141

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário nos termos do voto do Conselheiro relator **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Jaime Marcelino Ferreira Junior; 2. Elias Correia Pedroso; 3. Reginaldo Conceição Amorim; 4. João Tito S Cademartori; 5. Benedito Oscar Fernandes de Campos e 6. Andre Santos Castro

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina de Oliveira Lélis.

Cuiabá, 24 de Abril de 2.019

João Tito S. Cademartori Neto
Primeira da Turma

Benedita Madaleno da Costa
Conselheira Relator

Sônia Cristina M. de Oliveira Lélis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MARÇO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 24 de Abril do ano 2.019
Acórdão e Ementa nº 066/2019
Conselheiro Relator: *Benedita Madaleno da Costa*
Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA ME**
Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB
Recurso de Ofício Processo nº: 0.067.507/2018-1 de 26/06/2018
Auto de Infração de Transporte nº 71406 - SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO – RECURSO DE OFÍCIO – “AUTUADA POR TRANSITAR SEM PLACA LATERAL DE ITINERÁRIO INOPERANTE” RECURSO NÃO PROVIDO E CONSEQUENTEMENTE VALIDADE DA NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 71406.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso de Ofício nos termos do voto do Conselheiro relator **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Andre Santos Castro; 2. Jaime Marcelino Ferreira Junior; 3. Elias Correia Pedroso; 4. Reginaldo Conceição Amorim; 5. João Tito S Cademartori e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina de Oliveira Lélis.

Cuiabá, 24 de Abril de 2.019

João Tito S. Cademartori Neto
Primeira da Turma

Benedita Madaleno da Costa
Conselheira Relator

Sônia Cristina M. de Oliveira Lélis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MARÇO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 24 de Abril do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 067/2019

Conselheiro Relator: *Benedita Madaleno da Costa*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA ME**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso de Ofício Processo nº: 0.067.505/2018-1 de 26/06/2018

Auto de Infração de Transporte nº 71407 - SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO – RECURSO DE OFÍCIO – “AUTUADA POR TRANSITAR SEM A PLACA LATERAL DE ITINERÁRIO INOPERANTE” RECURSO NÃO PROVIDO E CONSEQÜENTEMENTE VALIDADE DA NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 71407.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso de Ofício nos termos do voto do Conselheiro relator **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Andre Santos Castro; 2. Jaime Marcelino Ferreira Junior; 3. Elias Correia Pedroso; 4. Reginaldo Conceição Amorim; 5. João Tito S Cademartori e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina de Oliveira Lélis.

Cuiabá, 24 de Abril de 2.019

João Tito S. Cademartori Neto

Primeira da Turma

Benedita Madaleno da Costa

Conselheira Relator

Sônia Cristina M. de Oliveira Lélis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MARÇO/2019

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 24 de Abril do ano 2.019
Acórdão e Ementa nº 068/2019
Conselheiro Relator: *Benedita Madaleno da Costa*
Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA ME**
Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB
Recurso de Ofício Processo nº: 0.067.499/2018-1 de 08/05/2018
Auto de Infração de Transporte nº 70756 - SEMOB - Valor: R\$ 5.000,00

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO – RECURSO DE OFÍCIO – “AUTUADA POR COLOCAR EM CIRCULAÇÃO VEÍCULO COM PLATAFORMA ELEVATÓRIA DE EMBARQUE DEFEITUOSA” RECURSO NÃO PROVIDO E CONSEQUENTEMENTE VALIDADE DA NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 70756.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso de Ofício nos termos do voto do Conselheiro relator **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Andre Santos Castro; 2. Jaime Marcelino Ferreira Junior; 3. Elias Correia Pedroso; 4. Reginaldo Conceição Amorim; 5. João Tito S Cademartori e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina de Oliveira Lélis.

Cuiabá, 24 de Abril de 2.019

João Tito S. Cademartori Neto
Primeira da Turma

Benedita Madaleno da Costa
Conselheira Relator

Sônia Cristina M. de Oliveira Lélis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

